



Um esboço da História da Televisão pública do Piauí

Diego Lopes da Silva Alves

Resumo: Este trabalho busca apresentar uma reflexão histórica sobre a televisão pública no Piauí, desde sua criação, em 1985, até 2010, fundamentada numa pesquisa empírica e bibliográfica, baseada na perspectiva de Perdigão (2010), Rocha (2006) e Porcello (2002). A análise apontou que a TV Antares (anteriormente TV Educativa e TV Piauí) passa por oscilações periódicas em face de mudanças do Poder Executivo, o que não permite uma estabilidade na administração e na programação.

Palavras-chave: TV Pública; História; TV Antares; TV Educativa; TV Piauí

1. Introdução

A história da televisão pública no Piauí começa em 1985, contudo o registro dessa modalidade de emissora ainda é uma lacuna na história do telejornalismo piauiense. Em visto disso, o presente artigo tem o objetivo de apresentar elementos que constituem a trajetória da TV Antares – única emissora pública do Estado – desde seu surgimento, em 1985, até o ano de 2010. Para atingir esse fim, realizou-se uma pesquisa de caráter empírico a partir da coleta e análise de informações no arquivo da TV Antares (Canal 2) e de caráter documental através de entrevista com profissionais e gestores que trabalharam no período de 1985 a 2010. A fundamentação teórica que embasa o conceito de emissora pública está pautada nas perspectivas de Lima (2006), Perdigão (2010), Porcello (2002) e Rocha (2006).

¹ **Diego Lopes da Silva Alves** é graduado em Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Estadual do Piauí, especialista em Gestão em Comunicação Corporativa pela Universidade Federal do Piauí, jornalista da TV Antares – Canal 2. Tem experiência em produção e edição em TV e rádio, assessoria de imprensa, assessoria de comunicação e relações públicas.



2. Concepções de TV Pública

Porcello (2002, p.36) classifica os sistemas de transmissão por TV em dois tipos: o privativo ou comercial, originários nos Estados Unidos e seguidos pelas emissoras brasileiras, e o sistema público, modelo predominante na Europa. O autor aponta as diferenças entre esses dois modelos:

As emissoras comerciais ou privadas têm sua programação determinada pelos índices de audiência e quanto mais assistido o programa mais caro custam as inserções comerciais dentro dele. As emissoras públicas, ou educativas, vivem outra realidade. Historicamente sobrevivem às custas do Erário Público que pagava suas despesas. Obter recursos fora desta fonte era simplesmente ilegal. O Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 em seu artigo 12 – item 1 – Parágrafo Único era claro: ‘A TV Educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos’. O decreto impedia até mesmo doações para as TVs públicas. (PORCELLO, 2002, p. 40-41)

De acordo com Rocha (2006), a tarefa pública de televisão pode ser considerado a prestação de um serviço, levando-se em consideração a preocupação com o público: “É estar atento ao conteúdo, não esquecendo a quem se está dirigindo e o que se está falando, é tratar o telespectador como cidadão e não meramente como um consumidor em potencial” (ROCHA, 2006, p. 33-34).

Para Perdiggão (2010), a TV pública não é apenas uma emissora ou canal de informação, devendo ser vista como um meio de comunicação, da expressão e do diálogo. Ou seja, o conteúdo veiculado deve proporcionar um estímulo a novos pensares e saberes.

É a emissora que não é só feita para o público, mas, sobretudo, com o público. É a que visa, não só a quantidade de recepção num universo de audiência, mas, principalmente, a que se importa com a qualidade das respostas desse público. É a que se faz interativa para tornar ativo o telespectador. (PERDIGÃO, 2010, p. 130)



O ex-presidente da Fundação Padre Anchieta, Jorge da Cunha Lima (2006), aponta a TV pública como aberta, generalista, gratuita e dependente necessariamente tanto do governo quanto da sociedade. O autor diz ainda que esse modelo deve ser intelectual, ideológica e administrativamente independente: “Isso significa que ela deve ser gerida por representações legítimas da própria sociedade e realizar sua missão com uma consulta permanente à mesma” (LIMA, 2006, p. 12).

Rocha (2006, p.37) indica quatro valores que são atribuídos a televisão pública: a) atender às minorias; b) limitar a influência do mercantilismo; c) evitar os interesses particulares; d) incentivar, por meio de sua programação, a diversidade. A pesquisadora diz, ainda, que entre os princípios básicos que regem o serviço público de televisão original estão, no plano teórico, os seguintes conceitos:

- a) *diversidade*: compreende que uma programação pode ser diversificada, desde que atinja os preceitos da informação, da formação e do entretenimento;
- b) *universalidade*: fazer com que a televisão chegue a todos os cidadãos em igualdade de condições;
- c) *financiamento público*: poderia ser por meio de uma taxa paga pelo cidadão ou através de recursos fornecidos pelo Estado;
- d) *independência*: essa questão está ligada, sobretudo, à forma de financiamento, porém, independentemente de como a televisão é financiada, só é possível alcançar a independência ignorando a influência de fatores externos, sejam eles de ordem política ou de interesses particulares;
- e) *identidade nacional*: preocupação particular com os sentimentos de identidade nacional e de comunidade refletidos na programação;
- f) *minorias*: atenção às minorias, em especial, as menos favorecidas (ex: deficientes auditivos);
- g) *competição*: este princípio refere-se ao estímulo à qualidade do que propriamente à disputa por índices de audiência;
- h) *criação*: orientações públicas que devem servir para dar liberdade aos produtores ao invés de limitá-los. (ROCHA, 2006, p. 35)

Os princípios citados por Rocha equivalem ao pensamento de Perdigão (2010, p.68):

A comunicação pública, no seu papel institucional, portanto estratégico-político, não só pode como deve estimular a sociedade a se organizar em ambientes de discussão,



facilitando que questões de interesse coletivo entrem na pauta dos debates. Deve também proporcionar formas e conteúdos a uma esfera pública viva, diante da identificação de problemas de interesse comum, e proativa, em relação à construção dos consensos. Deve igualmente motivar os agentes sociais, todos, a se reconhecerem como atores, a se valorizarem como sujeitos políticos, e a participarem de todas as instâncias de formação de opinião e de vontades, de maneira a não só deliberar, mas também influir junto às instâncias institucionalizadas de decisão dos assuntos que lhes dizem respeito.

Para Lima (2006), a programação cultural da televisão pública tem compromissos mais amplos do que a simples difusão dos valores artísticos consagrados no mercado comercial da arte. Outro aspecto apontado por Lima (2006) é o caráter complementar ao currículo escolar que a programação educativa deve contemplar, pois “supre, sobretudo o telespectador menos formado, com conhecimentos gerais, artísticos, científicos, históricos, comportamentais, hoje tão necessários à fixação ou busca de novas oportunidades de emprego e mesmo uma melhor compreensão da vida”. (LIMA, 2006, p.13)

De acordo com o Guia de Princípios do Jornalismo Público da TV Cultura (2006), o conteúdo oferecido por uma televisão pública age movido pela certeza de que a informação é um bem precioso, assegurando ao receptor compreender melhor a realidade que o circunda, formar juízos, reconsiderar posições e se abrir para o resto da humanidade. O guia também menciona outras particularidades desse conteúdo:

O jornalismo público não pode se render às facilidades derivadas dos consensos e das rotinas funcionais. Se a informação é um bem, uma forma de se educar, quem a recebe precisa mais do que o flash dos fatos; estes só poderão ser compreendidos em perspectiva quando forem contextualizados, esmiuçados e cotejados. Reduzi-los a microocorrências excitantes faz crescer no receptor o desejo insaciável por algum tipo de gratificação instantânea, normalmente alheia à razão. (2006, p. 44)

Além de questões relacionadas à educação e cultura, a televisão pública também deve priorizar em sua programação assuntos relacionados à política.



De acordo com Perdigão (2010), política é notícia de interesse público e deve estar sempre acessível e compreensível a todos. Daí a importância dessa abordagem na TV pública.

[...] no tocante à gestão pública, a comunicação pública pode ser um instrumento para além da comunicação institucional ou governamental, as quais se restringem a dar publicidade aos atos do governo e dos governantes, com linguagens e conteúdos mais próximos mesmo aos da publicidade, às vezes da publicidade pessoal. Uma comunicação privatizada, do interesse particular do governo e/ou do governante que, assim, limitam-se a informar e não se abrem ao diálogo com o público, com o cidadão. (PERDIGÃO, 2010, p.76)

A ideia de pautar a política no conteúdo produzido pelas emissoras públicas de televisão é reforçada pelo Guia publicado pela TV Cultura.

O jornalismo público deve conferir prioridade aos assuntos dos governos. A cobertura sistemática vai antecipar problemas, expor mazelas e revelar exemplos de sucesso, sim! O verdadeiro exercício crítico só se consome com base no conhecimento; fora disso é ideologia estéril ou levandade derivada da ignorância. O máximo de informações sobre os assuntos do governo os tira do insondável território da burocracia e da política intramuros, dando transparência aos processos de decisão. Acompanhá-los de perto, pode aproximar o cidadão de uma realidade da qual é um dos protagonistas, ainda que lhe pareça totalmente exterior e fora de controle. (TV CULTURA, 2006, p. 46-47)

Logo, informar os atos dos governos é uma obrigação que transcende as atribuições da TV pública pelo simples motivo de haver sempre interesse público envolvido neles (TV CULTURA, 2006, p.45).

3. Tv pública no Brasil: breve histórico

Os primeiros modelos de TVs surgiram em 1920. Segundo Porcello (2002, p. 27), “Há o registro de experiências bem sucedidas realizadas na Alemanha (1928), na Inglaterra (1929), na Itália (1930) e na França (1932)”. De acordo com o autor,



a TV foi apresentada ao mundo em 1939, na Exposição Internacional de Nova Iorque, com a transmissão do discurso do presidente Roosevelt (PORCELLO, 2002).

Porcello (2002) afirma ainda que o Brasil foi o primeiro país da América Latina e o quarto do mundo a implantar uma emissora com transmissão regular de TV: a PRF-3, então TV Difusora canal 3, depois TV Tupi canal 4 de São Paulo, que foi inaugurada em 18 de setembro de 1950 por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Em janeiro de 1951, foi inaugurada a segunda emissora brasileira, a TV Tupi do Rio de Janeiro.

Lima (2008, p. 25) também cita duas emissoras criadas na década de 1950: “Em 1952, um grupo de empresários paulistas inaugurava a TV Paulista, Canal 5 de São Paulo. Em 1953 foi a vez da Record, Canal 7 de São Paulo, terceira emissora paulista e única sobrevivente daquelas pioneiras”.

De acordo com Rocha (2006, p. 25),

Em 1950, quando surge a televisão no Brasil, há uma migração dos profissionais do rádio para o novo veículo, pois não havia mão-de-obra especializada. Contudo, esse mesmo fenômeno havia ocorrido em outros países, onde os recursos técnicos e humanos foram aproveitados, enquanto o conteúdo passava por adaptações.

Para Perdigão (2010, p.37),

O Brasil, a partir dos anos 1950, copiou dos Estados Unidos o modelo privado de televisão e o fez de forma radical, ampliando geometricamente o poder dos empresários da imprensa ou da radiodifusão, em detrimento do poder do Estado e da sociedade, e limitando a fonte de financiamento e o raio de ação da possível concorrência da TV pública. Estas até surgiram como instrumentos de educação à distância e/ou de comunicação governamental, não como emissoras efetivamente públicas.

Perdigão (2010) afirma que, na década de 1960, o governo militar brasileiro criou o instituto da TV educativa, um tipo de emissora estatal de radiodifusão para atender a demanda da educação pública crescente, especialmente em nível fundamental, e atingir principalmente as áreas mais isoladas do País.



Porcello (2002) menciona que a primeira emissora educativa do Brasil foi a TV Universitária (TVU), criada em 22 de novembro de 1968, em Recife, Pernambuco.

Na verdade, ela era universitária apenas no nome pois sempre teve compromissos com a rede pública de TVs educativas. E tanto ela como todas as emissoras educativas do país – todas operando em canal aberto – têm as mesmas características: apresentam programação generalista, com pouca ou nenhuma difusão de conteúdos acadêmicos mas com ênfase em temas de alfabetização ou ensino fundamental. (PORCELLO, 2002, p.41)

A criação da TV Universitária de Pernambuco aconteceu, dentre outras justificativas, pelo número de televisores existentes em residências no Nordeste – cerca de 200 mil. Além disso, segundo o site da emissora, “estava o desejo de oferecer à população uma programação que reunisse, ao mesmo tempo, informação, cultura, lazer e educação. Havia, ainda, o propósito de propiciar aos estudantes de comunicação um espaço onde pudessem colocar em prática os conceitos aprendidos na sala de aula” (TV UNIVERSITÁRIA).

A emissora iniciou suas atividades com mais de vinte programas, dentre os quais, “Sala de Visitas”, “O Grande Júri”, “No Mundo das Artes” e “Isto é Universidade”. Atualmente, a TVU integra a Rede Pública de Televisão e exibe na sua programação programas locais e o conteúdo produzido e veiculado na TV Brasil - emissora criada pelo Governo Federal em dezembro de 2007 com o objetivo de “complementar e ampliar a oferta de conteúdos, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania” www.tvbrasil.org.br (acesso em 25/02/2011).

Mas, segundo Rocha (2010, p.12), foi a TV Cultura, inaugurada em 1969, que trouxe para a televisão brasileira o conceito de TV pública. A pesquisadora assevera que a TV Cultura surge inspirada nos modelos importantes de emissoras públicas mundiais, como a CBC canadense, a PSS americana e a BBC inglesa.

Lima (2008, p. 48) explica essa controvérsia:

No Brasil, a primeira televisão pública a transmitir programação foi a TV Universitária, Canal 11 de Recife, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco, inaugurada em novembro de 1968. A Fundação Padre Anchieta havia sido fundada um ano antes, e também foi em 1967 que o Governo do Estado de São Paulo comprou



a TV Cultura. Contudo, a intenção de implantar uma TV de alto nível fez com que dois anos se passassem até que a emissora paulista estivesse em condições de ser inaugurada.

De acordo com a Associação Brasileira de Emissoras Públicas (ABEPEC), atualmente, no Brasil, existem vinte e três emissoras públicas de televisão: TV Brasil RJ (Rio de Janeiro); TV Brasil SP (São Paulo); TV Brasil DF (Brasília); TV Brasil MA (Maranhão); TV Aldeia (Acre); TV Cultura do Amazonas (Amazonas); TVE Alagoas (Alagoas); TVE Bahia (Bahia); TV Ceará (Ceará); TVE ES (Espírito Santo); TV Brasil Central (Goiás); Rede Minas (Minas Gerais); TV Brasil Pantanal (Mato Grosso do Sul); TV Cultura do Pará (Pará); Paraná Educativa (Paraná); TV Universitária Recife (Pernambuco); TV Antares (Piauí); TV Universitária Rio Grande do Norte (Rio Grande do Norte); TVE RS (Rio Grande do Sul); TV Cultura (São Paulo); TV Cultura Florianópolis (Santa Catarina); TV Aperipê (Sergipe); TV Palmas (Tocantins).

Apesar dos princípios e valores que orientam o sistema público de televisão no Brasil, é grande o número de críticas ao modelo. Para Rocha (2010, p. 47),

a televisão pública está no meio de um dilema. De um lado, se espera que ela obtenha mais sucesso que os canais privados em relação à prestação de serviço público. Por outro lado, deseja-se que a TV pública seja produtiva, eficaz, capaz de gerar suas próprias verbas e atrair os telespectadores. E por fim, pretende-se que a televisão pública se mantenha fiel aos princípios do serviço público por meio de sua programação. Então, espera-se que ela seja, ao mesmo tempo, similar e diferente da televisão pública.

A pesquisadora expõe ainda que o futuro da televisão pública depende dos objetivos que pretendem atingir, de sua verdadeira missão enquanto serviço público e a justificativa da existência desse modelo num ambiente onde impera o modelo comercial (ROCHA, 2010).

Perdigão (2010) não acredita que o público conhece - nem é estimulado a entender - o que é uma TV pública.

Não é da tradição do brasileiro assistir a televisão como um serviço público de informação, educação, entretenimento etc, cuja existência prevê a Constituição.



Tampouco este telespectador se apropria dos direitos que concernem ao público, de forma que esta postura contamina a relação que se poderia estabelecer especificamente com as TVs públicas. (PERDIGÃO, 2010, p. 129)

Para Porcello (2002), o remédio para as emissoras públicas seria mudar o estatuto através de Lei Estadual, permitindo a captação de recursos externos e aliviando o custo de manutenção da TV. Entretanto, “como todas as TVs públicas no país são ligadas aos governos estaduais ou ao Federal, basta haver troca de governo para mudarem as regras” (PORCELLO, 2002, p. 43).

4. TV ANTARES: o modelo de emissora pública de Televisão do Piauí

O Piauí conta com uma única emissora pública de televisão, a TV Antares. Seu nascimento se deu em 11 de junho de 1985 por meio do decreto nº 91.316, que concedeu à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP) o direito de executar serviço de televisão, em Teresina, capital do estado.

Art. 1º. – Fica outorgada concessão à FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – FADEP, para executar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, sem objetivo comercial, na cidade de Teresina, Estado do Piauí. (Diário Oficial da União – Seção 1-12/06/1985, p. 8322)

Observa-se o conceito de TV pública logo no surgimento da televisão, uma vez que à emissora foi concedido o direito de produzir conteúdo educativo, sem interesses comerciais. Inicialmente, a outorga ainda não garantia a intervenção do governo para explorar esse serviço. Esse direito foi concedido um ano depois, por meio do decreto nº 92.372, de 6 de fevereiro de 1986.

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Piauí, através da FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – FADEP, autorizado a explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, com fins exclusivamente educativos, sem objetivo comercial, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.



Parágrafo Único. As obrigações decorrentes desta autorização obedecerão às cláusulas estabelecidas em convênio a ser firmado entre a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, e o Governo do Estado do Piauí, através da FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – FADEP, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, este ato de autorização.

Em maio do mesmo ano, é inaugurado o edifício sede da TV e Rádio Educativa do Piauí, na Avenida Valter Alencar, 2021, bairro Monte Castelo, Teresina - Piauí. O evento aconteceu durante o mandato do Governador Hugo Napoleão do Rego Neto, que tinha como Secretário de Educação, Átila Freitas Lira, e Diretora Executiva da FADEP, Maria Adamir Leal de Sousa.

Em 30 de dezembro de 1987, a Lei Ordinária nº 4.178, aprovada na Assembléia Legislativa do Piauí, autorizou o Poder Executivo a extinguir o Centro de Teleducação, órgão da FADEP, e instituir a Fundação Antares - Rádio e Televisão Educativa do Piauí. De acordo com relatórios da emissora, nessa época foi instalada uma repetidora na cidade de Picos.

Com o surgimento da Fundação, a TV Antares passou a ser equipada de forma a levar sua produção à população teresinense. Foram adquiridos câmeras, ilhas de edição, bem como a torre e a antena. A emissora lançou vários programas, que foram mantidos no ar até meados de 1992. Dentre os programas catalogados pelo arquivo da emissora podemos citar:

- 1. À QUEIMA ROUPA:** Programa do gênero entrevista, veiculado semanalmente à noite, no período de 1987 a 1989.
- 2. PULUTRICA:** Direcionado ao público infantil, com veiculação nas manhãs de sábado. Foi ao ar entre os anos de 1988 e 1992.
- 3. OITÃO DA CASA GRANDE:** Programa cultural com foco regionalista. Exibido nas tarde de sábado de 1988 a 1992.
- 4. ENCENA:** Veiculado às tarde de sexta-feira, o programa cultural foi ao ar apenas durante o ano de 1988.

Em março de 1991, uma nova Lei aprovada na Assembléia Legislativa do Piauí (nº 4.382), extingue a Fundação Antares, retomando as atribuições para a



FADEP. A partir daí a emissora passou a ser chamada de TV Piauí. De acordo com relatórios nesse período houve a instalação da TV Delta, em Parnaíba. Dentre os programas produzidos pela TV Piauí podemos citar o “Memória do Futebol” e o “Chão da Gente”.

Somente em julho de 2003, por meio da Lei Complementar nº 030, a TV Piauí é extinta e o Poder Executivo institui a Rádio e Televisão Educativa do Piauí. Conforme o texto da Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e plena gestão de seus bens e recursos, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Constituem finalidades básicas da Fundação a exploração e a execução dos serviços de comunicação, assim como a produção e veiculação de programas de cunho informativo, cultural e educativo, competindo-lhe:

I - servir como meio de expressão e valorização da cultura piauiense;

II - operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, com objetivos exclusivamente informativos, culturais e educativos;

III - colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral, no limite dos interesses comuns;

IV - articular-se com outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, objetivando uma maior integração no âmbito de suas competências;

V - promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão (www.legislação.pi.gov.br, acesso em 01/02/2011)

A Lei Complementar de 2003 reforça o conceito de TV pública, estabelecido desde 1985, determinando à emissora a valorização da cultura e educação local. A TV Antares é inaugurada em 28 de junho de 2006, durante o mandato do Governador Wellington Dias. Novos equipamentos são comprados e a estrutura física é reformada. No entanto, somente em 10 de julho de 2006 a emissora estreia seu primeiro programa jornalístico, o Jornal Antares.



Desde sua inauguração, a TV Antares lançou, até 2010, 13 programas:

1. JORNAL ANTARES (Jornalístico): No ar desde 10 de julho de 2006, com 1 hora de duração, o jornal apresenta as notícias que marcaram o dia na capital e nas principais cidades do Piauí, além de entrevistas e debates. Sua diversidade de temas abordados busca estimular o telespectador ao debate e à reflexão.

2. ANTARES NOTÍCIA (Jornalístico): Dinâmico e ágil, o jornal faz um resumo dos fatos que marcaram o dia na cidade, de forma clara e objetiva, sem perder, todavia, o conteúdo da informação. Estreou em 28 de agosto de 2006.

3. CURTA PIAUÍ (Arte e Cultura): No ar desde 15 de março de 2007, o programa apresenta, semanalmente, as informações sobre a produção audiovisual do Piauí, além de exibir curtas e informações sobre Festivais de Cinema e Vídeo de todo o Brasil, e entrevistas com pessoas relevantes do setor audiovisual do Estado.

4. MOSAICO (Arte e Cultura): Voltado para a arte e a cultura de Teresina, o programa leva ao ar, desde 11 de maio de 2007, as várias manifestações artísticas, tratadas de forma leve, bem humorada e criativa, valorizando a multiplicidade e o talento dos artistas locais.

5. ESPORTE ANTARES (Esportivo): Inaugurado em janeiro de 2008 o programa leva ao telespectador os melhores momentos do esporte piauiense.

6. REPENTE NA TV (Musical): No ar desde 27 de janeiro de 2008, o programa é apresentado pelo Prof. Pedro Mendes Ribeiro, exibido nas manhãs de domingo e totalmente dedicado à literatura de cordel, buscando valorizar os artistas locais e a cultura popular.

7. INTERFERÊNCIA (Variedades): Estréia em 4 de novembro de 2008. O programa aborda assuntos variados sempre de forma irreverente e ousada com matérias, entrevistas, além de dicas de cinema e música.



8. **TRÂNSITO É VIDA (Educativo):** Parceria da TV Antares com o DETRAN, o programa leva dicas e informações sobre educação no trânsito.

9. **CANAL VERDE (Educativo):** No ar de segunda a sexta, o Canal Verde mostra os caminhos da aventura, turismo e preservação das belezas naturais do Piauí.

10. **REVISTA FSA (Educativo):** Parceria da TV Antares com a Faculdade Santo Agostinho. O programa apresenta conteúdo diversificado voltado para a cidadania. Estréia em 9 de maio de 2009.

11. **ABRA O OLHO (Educativo/Jurídico):** Um programa de prestação de serviço à comunidade, abordando temas da área do Direito do Consumidor, da Família e do Trabalho e outras dúvidas do cotidiano do telespectador. Estréia em junho de 2009.

12. **TELELECO (Infantil):** Programa educativo que utiliza uma linguagem lúdica para levar educação e entretenimento ao público infantil. Estréia em 11 de julho de 2009.

13. **TEÓFILO PIAUIZANDO (Variedades):** Conduzido por Teófilo Lima, o programa mostra o trabalho desenvolvido por artistas da terra, através da música e de boas conversas. Estréia em 13 de julho de 2009.

Considerações finais

A história da televisão pública no Piauí é marcada por oscilações em virtude das mudanças no Poder Executivo a cada novo mandato. Apesar disso, percebe-se que os programas veiculados na TV Antares no período da década de 1980 e início de 1990, assim como os que surgiram a partir da reestruturação da emissora em 2006, cumprem seu papel no que se refere ao jornalismo público. O caráter educativo está presente no conteúdo dos programas, como em 'Pultrica' e 'Teleleco' – ambos direcionados às crianças.

De modo geral, os programas abordam os conceitos de diversidade, criação, financiamento público e universalidade, citados por Rocha (2010). Também



atendem à finalidade educativa e cultural proposta por Perdigão (2010) e pelo Guia de Princípios do Jornalismo Público da TV Cultura (2006).

Outra abordagem típica da programação da emissora pública piauiense, que também pode ser identificada de 1988 a 2010, e que se enquadra no conceito de jornalismo público, é a valorização da cultural regional. Identificamos seis programas: 'Oitão da Casa Grande', 'Encena', 'Mosaico', 'Curta Piauí', 'Repente da TV' e 'Teófilo Piauízando'.

A TV Antares é a única emissora pública do Estado do Piauí. Cabe a ela resistir as mudanças políticas para dar continuidade ao seu papel enquanto prestação de serviço (ROCHA, 2006) e contribuir como um meio de comunicação, da expressão e do diálogo (PERDIGÃO, 2010), servindo a comunidade piauiense como fonte de informação e de vitrine dos valores regionais.

Referências

ABEPEC. Disponível em <http://www.abepec.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2011.
BRASIL, Decreto n.º 91.316, de 11 de junho de 1985. Outorga concessão à FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – FADEP, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Teresina, Estado do Piauí. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jun. 1985. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91316-11-junho-1985>. Acesso em: 25 fev. 2011

_____, Decreto n.º 92.372, de 6 de fevereiro de 1986. Autoriza o Governo do Estado do Piauí a explorar, através da FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – FADEP, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, serviço de radiodifusão sonora em onda média, mediante convênio a ser celebrado com o Ministério das Comunicações, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987. Acesso em: 01 fev. 2011.

_____, Lei Ordinária n.º 4.178, de 30 de dezembro de 1987. Autoriza o Poder Executivo a extinguir o Centro de Teleducação, órgão da FADEP, e instituir a Fundação Antares - Rádio e Televisão Educativa do Piauí. **Diário Oficial do Estado**, Piauí, 30 dez. 1987. Disponível em: <http://ged.al.pi.gov.br/Portal/VisualizacoesArquivo>. Acesso em: 01 fev. 2011.



_____, Lei Complementar n.º 30, de 17 de julho de 2003. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Piauí, 17 jul. 2003. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/scan/pages/jsp/scan/consultaDeAtoNormativo>. Acesso em: 01 fev. 2011.

LIMA, Jorge da Cunha. Mais pública a televisão serve aos homens. In: TV CULTURA. **Jornalismo público**: guia de princípios. São Paulo, 2006. P. 11-14.

_____. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008. 344 p.

PERDIGÃO, Alberto. **Comunicação pública e TV digital**: interatividade ou imperatividade na TV pública. Fortaleza: EdUECE, 2010. 279 p.

PORCELLO, Flávio. **TV Universitária**: limites e possibilidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 146 p.

ROCHA, Liana Vidigal. **A televisão pública num ambiente de competição comercial**: estudos dos modelos brasileiro e português. 2006. 219 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 2006.

TV BRASIL. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2011.

TV CULTURA. **Jornalismo público**: guia de princípios. São Paulo, 2006. 83 p.

TV UNIVERSITÁRIA. Desenvolvido por Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ntvru>. Acesso em: 25 fev. 2011.

Abstract

This work searches to present a historical reflection about the public television in Piauí, since its creation in 1985 until 2010, based on an empirical and bibliographical research, based on the perspective of Alberto Perdigão (2010), Liana Vidigal (2006) and Flávio Porcello (2002). The analyses showed that the Antares TV (called Educativa TV and Piauí TV before) passes many periodical variations in face of changes in the Executive Power, what makes the stability in the administration and in the programs a not allowed one.

Keywords: Public TV; History; Antares TV; Educativa TV; Piauí TV

